



SOBRE O PEDIDO DE NOVA ELEIÇÃO NO STIU-MA, ESCLARECEMOS QUE:

1 Três integrantes da chapa que não participou da eleição do Sindicato pediram na Justiça do Trabalho a realização de nova eleição no STIU-MA, com base em uma decisão judicial provisória, que ainda depende de julgamento de recurso pelo Tribunal Regional do Trabalho/16ª Região. A chapa não cumpriu os requisitos mínimos do estatuto do nosso Sindicato, por isso foi indeferida e não participou do pleito legítimo de junho de 2019.

2 Ao mesmo tempo que atacam a atual diretoria do STIU-MA, alguns integrantes da chapa que não se habilitou para concorrer às eleições de 2019, desferem fortes acusações contra os membros da Comissão Eleitoral, fato que lamentamos por se tratar de companheiros urbanitários que se dispuseram a fazer um trabalho relevante e voluntário, demonstrando seriedade e transparência nos seus atos.

3 Querem, a qualquer custo, uma nova eleição para que possam concorrer num momento de pandemia, quando nossa categoria já perdeu mais de uma dezena de companheiros(as) para a Covid-19 e a classe trabalhadora vem sendo penalizada diariamente com retirada e flexibilização de direitos, precisando mais do que nunca estar unida e forte para combater todo mal que nos ameaça.

4 Soma-se a isso o fato de que boa parte dos trabalhadores estão afastados preventivamente, trabalhando em home-office ou com redução de jornada, ou seja, qualquer evento dessa natureza estaria prejudicado em sua representatividade, além do que exporia todos os envolvidos ao vírus contra o qual precisamos nos proteger.

5 Além de solicitar nova eleição, pasmem, os queixosos pedem anulação de todos os atos da legítima Direção do STIU-MA a partir de dezembro de 2019. A inexperience e a falta de responsabilidade é tão gritante que sequer conseguem pensar nas consequências que isso traria para a categoria urbanitária.

Se os atos da Direção do STIU-MA forem anulados haverá prejuízos irremediáveis para os trabalhadores, uma verdadeira tragédia provocada por aqueles que querem, na marra, representar a categoria. Senão vejamos:

Todos os Acordos Coletivos, Termos Aditivos ou qualquer outro tipo de Acordo assinado pela atual Direção não teriam mais validade. Só para citar alguns exemplos:

→ Na ELETRONORTE:

- Os trabalhadores do Maranhão ficariam sem os benefícios do Acordo Nacional e Específico da Eletronorte e Eletrobras;
- Estariam suspensos ainda os acordos de não demissão, conquistados com a participação do STIU-MA, que protege o emprego de vários trabalhadores.

→ Na CAEMA:

A prorrogação do Acordo Coletivo da Caema ficaria sem efeito;

A solução proposta na negociação do Ministério Público do Trabalho para resolver as demandas antigas dos trabalhadores/as da CAEMA seria considerada nula.

→ Na EQUATORIAL:

O Acordo Coletivo Vigente perderia seu efeito.

→ No SAAE ESTREITO:

Os atos processuais tomados pela Diretoria na ação que propõe o pagamento de um passivo de ½ milhão de reais do FGTS daqueles empregados poderia ser questionado.

Destacamos aqui, apenas alguns dentre muitos prejuízos que nossa categoria teria.

Resumindo, as empresas estariam liberadas para fazer o que bem entendem, graças a incoerência daqueles que estão mais preocupados em “tomar” o Sindicato, mas não tiveram condições sequer de cumprir o que exigia o Estatuto da entidade que querem presidir.

Ressaltamos ainda que, nesse momento, as empresas já atacam duramente os empregos, salários e direitos conquistados. A Equatorial, desde o início da pandemia, investe contra os direitos dos trabalhadores, sendo o Sindicato um empecilho constante para as maldades da empresa e os acordos coletivos, nossas mais poderosas armas.

Importante sublinhar também que, além da pandemia, da ameaça a nossos empregos e direitos, estamos na luta contra privatização dos setores de saneamento e energia.

Nossa luta é grande. Nossa prioridade é combater os adversários reais da classe trabalhadora e do saneamento e setor elétrico públicos.

Todas as ações do atual Governo do Brasil convergem para prejudicar o povo brasileiro, especialmente os trabalhadores. Beneficiam bancos, entregam nosso patrimônio, retiram direitos trabalhistas, congelam salários e tentam enfraquecer nossas organizações sindicais para, conseqüentemente, enfraquecer nossa luta. Infelizmente, essa política parece ter apreciadores dentro da nossa própria categoria.

Enquanto estamos preocupados em fazer a luta, defender nossas empresas, empregos e direitos, uma minoria busca fragilizar a luta dos urbanitários num dos momentos mais difíceis da história recente do país e da humanidade.

Lamentamos profundamente, mas acreditamos na Justiça. Não perderemos o foco. Nossas prioridades são e sempre serão a luta em defesa de nossas empresas públicas e a luta por direitos e vida digna e plena.